



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	O Controle das Atividades de Inteligência no Brasil: Mecanismos e Efetividade
Autor	FERNANDA BOLDRIN DE PAIVA
Orientador	MARCO AURELIO CHAVES CEPIK

TÍTULO: O Controle das Atividades de Inteligência no Brasil: Mecanismos e Efetividade

AUTORA: Fernanda Boldrin de Paiva

ORIENTADOR: Marco Aurélio Chaves Cepik

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O controle democrático das atividades de inteligência é relevante para a democracia e um problema saliente na atual conjuntura política brasileira. Segundo CEPIK (2003: 137), a relação entre democracia e segurança nacional é tensa na área de inteligência por causa do segredo governamental e por causa da falta de delimitação das operações de coleta e contrainteligência. Abusos de poder por parte dos governantes ou das burocracias de inteligência podem comprometer a democracia (GOLDMAN; RASCOFF, 2016). Nesta fase da pesquisa, o **objetivo** foi analisar os mecanismos de controle da atividade de inteligência no Brasil, com foco no desempenho do Poder Legislativo. As **perguntas** de pesquisa foram: 1) Quais as prerrogativas da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), das comissões de defesa nacional da câmara de deputados e do senado federal, bem como das comissões de segurança pública (CSP) das assembleias legislativas estaduais no controle das atividades de inteligência? 2) Por que tais comissões têm baixo desempenho no controle das atividades do SISBIN? As **hipóteses** de trabalho para cada uma das perguntas são, respectivamente: 1) As prerrogativas de controle das comissões são: a apreciação de leis, a autorização de nomes para cargos executivos, a realização de audiências e o poder de requerer informações e documentos; 2) O desempenho das comissões é baixo porque faltam recursos materiais e de pessoal especializado; mas também porque falta preparo aos parlamentares, que adotam um perfil de fiscalização baseado nos chamados “alarmes de incêndio” (MCCUBBINS; SCHWARTZ, 1984). A **metodologia** utilizada baseou-se na revisão da literatura especializada e na análise temática e categorial dos documentos da CCAI e das CSP das Assembleias Legislativas dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul disponíveis online. Os **resultados parciais** da pesquisa corroboram as hipóteses formuladas.

REFERÊNCIAS:

CEPIK, Marco. *Espionagem e Democracia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GOLDMAN, Zachary K.; RASCOFF, Samuel J. *Global Intelligence Oversight: Governing Security in the Twenty-First Century*. Nova York: Oxford University Press, 2016.

MCCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. **American Journal of Political Science**, Wisconsin, v. 28, n. 1, p. 165-179, fev. 1984.